

E o mapa do Brasil pode mudar

AGÊNCIA ESTADO

Nos próximos anos, o Brasil poderá ser um país de 31 Estados, além do Distrito Federal: a Constituinte tem condições de mexer no mapa, provocando o surgimento de oito novos Estados — seis que seriam desmembrados de outras unidades e dois que correspondem aos atuais

territórios do Amapá e Roraima, no extremo Norte. Depois de Mato Grosso ter sido dividido, essa mudança atingiria quase todos os outros grandes Estados brasileiros, sendo criados: Juruá (do Amazonas), Tapajós (do Pará), Tocantins (de Goiás), Maranhão do Sul (do Maranhão), Santa Cruz (da Bahia) e Triângulo (de

Minas). E o pequeno território de Fernando de Noronha acabaria incorporado por Pernambuco. Em Brasília, a Subcomissão dos Estados aprovou essas alterações, porém deixando a homologação para uma consulta através de plebiscitos nas regiões a ganharem autonomia. O projeto anterior previa também a criação

de Estados que sairiam de parte do Ceará e do Norte de Minas. A bandeira do Brasil ganhará novas estrelas, mas o lobby dos novos Estados vai esbarrar em outros problemas, como a escolha das capitais. No Triângulo Mineiro, por exemplo, existe uma intensa rivalidade entre Uberaba e Uberlândia; a saída pode ser Araxá.

Decisão é da Constituinte

Depois de a Câmara ter aprovado por duas vezes a criação do Estado de Tocantins, o Senado, três vezes e o presidente Sarney ter vetado duas vezes, agora a Constituinte assume o papel de criar não só esse, mas outros seis além de transformar os territórios também em Estados.

Essa modificação no mapa brasileiro venceu apenas a primeira etapa — a Subcomissão dos Estados — e agora vai para a Comissão de Organização do Estado, onde será debatida e emendada por 63 constituintes. Os novos Estados em debate são: Tocantins (Norte de Goiás) com 61 municípios, 1,1 milhão de habitantes e 286 mil quilômetros quadrados de área; Santa Cruz (Sul da Bahia) 140 municípios, 3,6 milhões de habitantes e 236 mil quilômetros quadrados; Maranhão do Sul (Sul do Maranhão), 18 municípios, 660 mil habitantes e 108 mil quilômetros quadrados; Triângulo Mineiro (parte de Minas), 76 municípios, 1,7 milhão de habitantes e 132 mil quilômetros quadrados; Tapajós (parte do Pará), 11 municípios, 646 mil habitantes e 529 mil quilômetros quadrados; Juruá (parte do Amazonas), 12 municípios, 160 mil

habitantes e 304 mil quilômetros quadrados.

Os territórios de Amapá, com população de 227 mil habitantes e uma área de 140 mil quilômetros quadrados; e de Roraima, 112 mil habitantes e 230 mil quilômetros quadrados também terão sua autonomia. O arquipélago de Fernando de Noronha, 1.295 habitantes e 26 quilômetros quadrados, retornará a Pernambuco.

Se todas essas sugestões chegarem a constar da Constituição, nas disposições transitórias, caberá então à população decidir se quer ou não a criação do Estado. Para isso, serão realizados plebiscitos entre cerca de 8 milhões de habitantes, seis meses após a promulgação da Carta.

A pressão para a criação dos novos Estados chegou à Constituinte não só através dos deputados e senadores, mas também por comitês regionais, Câmaras de Vereadores e associações comerciais e industriais. Está previsto que as novas unidades da Federação terão benefícios — como aconteceu com o Mato Grosso do Sul, em 1979, que recebeu 640 mil ORTNs para a sua instalação. A União gastaria hoje com cada Estado, Cz\$ 129.920.000,00.



SONHO

Polêmica no Triângulo Mineiro

Separar o Triângulo Mineiro do Estado de Minas Gerais é um velho sonho dos moradores da região. Dona Beja, em 1816, conseguiu separar o Triângulo da Capitania de Goiás, que, por força de negociações políticas, foi integrado à Capitania de Minas. Mas, segundo alguns historiadores, o que Beja pretendia no episódio era mesmo a independência da região.

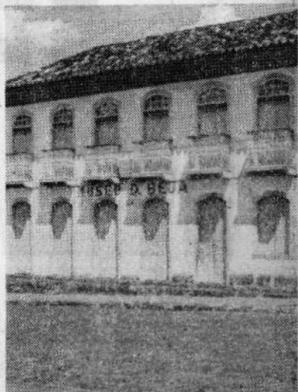
Agora, com o estudo do projeto de redistribuição territorial na Constituinte, o ideal separatista volta a ser discutido desde as esquinas das cidades do Triângulo até o Palácio da Liberdade, onde já foi ouvido protesto do governador de Minas, Newton Cardoso: "Separar é dividir miséria. A isso, reagiu o deputado federal Francisco Humberto Azevedo: "A região é muito rica, possui o maior rebanho bovino do Estado, tem riquezas agrícolas, o minério de Patos de Minas e tantas outras coisas que correspondem a 22% da arrecadação estadual".

Esse deputado, único representante do PDT mineiro na Câmara Federal, é o mais entusiasmado defensor da separação do Triângulo e Alto Paranaíba. Foi ele quem apresentou a proposta de criação do novo Estado, por considerar que "sempre houve descaso das administrações para com a região".

A proposta de Chico Humberto conta com a simpatia de quatro parlamentares da região: o senador Roman Tito, deputados federais Arnaldo Rosa Prata, Luiz Alberto Rodrigues e Homero Santos.

Cautelosos, Tito e Rodrigues defendem a realização de um plebiscito para que a população seja ouvida. Eles consideram que a separação do Triângulo e Alto Paranaíba não pode ser encarada de forma isolada, embora reconheçam que a região enfrenta hoje uma séria crise que vem impedindo o desenvolvimento das potencialidades do Triângulo.

Muitos empresários, entidades de classe lideradas pela ABCZ — Associação Brasileira de Criadores de Gado Zebu, com sede em Ubera-



No museu, a inspiração

ba — e antigos líderes políticos acreditam que chegou a hora de realizar o velho sonho. Um Estado com localização privilegiada, área territorial de 132.000 quilômetros quadrados, 76 cidades, população superior a 1,7 milhão de habitantes, servida por uma boa malha rodoviária e muitas potencialidades.

Se, de fato ocorrer a emancipação política, onde instalar a capital do novo Estado? Por enquanto, os políticos favoráveis à proposta separatista não querem se dividir discutindo esse problema. As duas maiores cidades da região, Uberlândia e Uberaba, vivem uma rivalidade histórica e, naturalmente, disputariam a sede do governo. Para não perder tempo nem apelo, o deputado Homero Santos sugere que a capital seja a cidade de Nova Ponte, que em breve será inundada pelas águas de uma hidrelétrica e terá de ser reconstruída. Muitos endossam a opinião do senador Roman Tito e apontam Araxá como o território neutro e, portanto, a capital do consenso. Mineiramente, Chico Humberto propõe: Araxá sim, mas provisoriamente.

"É a miséria agora dividida"

"Seria dividir a miséria apenas para criar mais empregos para políticos", desabafou um técnico da Secretaria de Planejamento do Pará, a respeito da proposta de redivisão do território paraense, com a criação de um novo Estado — o do Tapajós. Ele cita que, no orçamento deste ano do Estado, Cz\$ 2,3 bilhões estão destinados a custeio e apenas Cz\$ 1,4 bilhão para investimentos: "O novo Estado só iria tornar mais crítica a situação para os dois lados", acrescentou.

De acordo com a proposta que está sendo discutida na Constituinte, o Estado do Tapajós surgiria com o desmembramento dos municípios de Santarém, Itaituba, Avelro, Juruti, Faro, Obidos, Oriximiná, Alenquer, Monte Alegre, Pralnhá e Almeirim, localizados nas regiões conhecidas como baixo e médio Amazonas, na parte ocidental do Pará. Estes 11 municípios representam uma área de 529.742 quilômetros quadrados, pouco menos da metade dos 1.227.530 km² de todo o Estado, que possui 87 municípios. Em termos de população, a proporção é bem menor: de um contingente paraense estimado ano passado em 4,8 milhões de habitantes, os 11 municípios participam com pouco mais de 646 mil.

A capital do novo Estado seria Santarém, o segundo município mais importante do Pará, com população atual em torno de 200 mil habitantes e uma economia baseada quase exclusivamente na extração do ouro no rio Tapajós (a região é a maior produtora de ouro do País,

tendo produzido em torno de quatro toneladas em 86) e na sua posição de entreposto comercial onde se abastecem os municípios vizinhos. Além da extração do ouro, o novo Estado teria a produção de bauxita da Mineração Rio do Norte, município de Oriximiná, apesar de a participação estadual no imposto único sobre minerais ainda ser muito pequena.

AMAPÁ

No Amapá, embora seja um assunto discutido também há muitos anos, a transformação do território em Estado não é uma tese que tenha amplo respaldo. Pelo contrário: pesquisas de opinião pública indicaram que a maioria é contra a transformação. Com um setor primário incipiente e dependendo basicamente dos recursos federais para manter toda uma máquina responsável pela principal fonte de emprego, a população teme que o Amapá não tenha condições de sobreviver por conta própria.

De acordo com informações divulgadas pelo assessor de Comunicação Social do Amapá, da receita global do território para este ano, Cz\$ 2.505.119.000,00, apenas Cz\$ 154.384.000,00 constituem arrecadação do próprio território. Os Cz\$ 2.350.735.000,00 são destinados pela União.

O território foi criado em 1943 com terras desmembradas do Estado do Pará. Possui 140.276 quilômetros quadrados e uma população estimada em torno de 300 mil habitantes.

Na Bahia, discussão antiga

A idéia de criação do Estado de Santa Cruz, com o desmembramento das regiões Sul e Sudoeste da Bahia, voltou a ser discutida há dois anos, quando o deputado Fernando Gomes tirou da gaveta o projeto do ex-deputado Henrique Cardoso e o reapresentou na Câmara Federal. Na verdade, a iniciativa de Gomes foi uma represália ao fato de na Prefeitura de Itabuna, o projeto ter sido tratado a "pão e água" pelo então governador Antônio Carlos Magalhães, que só liberava recursos ou executava obras em municípios em que os prefeitos eram "amigos", ou seja, do seu partido e de seu grupo político. E a mesma política foi seguida por seu sucessor, João Durval Carneiro.

Fernando Gomes, então, à frente de um pequeno grupo de lideranças da região, desengavetou o projeto separatista, alegando que a atenção dada pelo governo à região, era desproporcional em relação à contribuição para a economia do Estado. Afinal, no Sul do Estado, concentra-se a lavoura de cacau durante décadas, o carro-chefe da economia baiana, e na região Sudoeste estão os maiores rebanhos bovinos e as lavouras de café e algodão.

"A criação do Estado de Santa Cruz é a única forma de se reparar



Em Itabuna, só expectativa

os 25 anos de esquecimento da região por parte dos governos federal e estadual", acredita Fernando Gomes. O novo Estado, pelo seu projeto, reunirá 140 dos 376 municípios baianos, numa área superior a 236 mil quilômetros quadrados. E teria como capital as cidades de Vitória da Conquista, Ilhéus ou Itabuna.

Roraima até hoje sem benefício

"Não sou totalmente a favor da transformação do território de Roraima em Estado, pelo menos nas condições que aí estão", disse o governador Getúlio Cruz, ao falar sobre a possibilidade de se dar autonomia política e administrativa a Roraima e Amapá e criar novos Estados no País. Mas Cruz é "totalmente contra a esdrúxula figura jurídica do território que obriga a uma situação em que o governador não tem

autonomia. Não é mais possível Roraima continuar como está, pois a sua condição de território não lhe trouxe nenhum benefício até hoje".

Na verdade, se Roraima fosse transformado em Estado agora, enfrentaria inúmeros problemas, a começar pela pequena arrecadação. Para o governador, seria necessária a implantação de uma infra-estrutura capaz de garantir seu desenvolvimento econômico.